



**BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**  
**C.N.P.J. 60.770.336/0001-65 CARTA PATENTE Nº1461/1966**  
**SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP**  
**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Senhores Acionistas,**

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, intermediárias de 30 de junho de 2023 e 2022, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco") acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco nos semestres findos nestas datas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### **CENÁRIO ECONÔMICO**

Em relação ao cenário externo, o primeiro semestre de 2023 foi um período marcado tanto por notícias positivas quanto negativas. Entre as diversas notícias positivas, merecem destaque o fim da pandemia de covid-19 na China e a consequente normalização da atividade econômica no país, a virtual eliminação dos problemas globais com gargalos de produção e distribuição de insumos e bens finais, a plena recomposição dos estoques de gás na Europa Ocidental, os limitados efeitos econômicos diretos da guerra na Ucrânia sobre o desempenho da porção oriental da Europa, os também limitados impactos econômicos dos problemas com bancos regionais de pequeno e médio porte nos EUA, a queda gradual dos preços internacionais de commodities, o recuo da inflação nos EUA e na Zona do Euro e a redução do risco de recessão nos dois lados do Atlântico Norte.

Nos EUA, por exemplo, o crescimento econômico se mostrou surpreendentemente forte nos dois primeiros trimestres do ano e, neste momento, os agentes econômicos atribuem baixa probabilidade ao cenário de contração significativa do PIB no curto prazo. Por trás da resiliência da economia dos EUA está o consumo das famílias, que continua a crescer em ritmo médio veloz, devido à contínua expansão da massa salarial e à existência de um volume ainda significativo de poupança acumulada pelas famílias durante a fase mais crítica da pandemia.

Já entre as notícias negativas, merecem destaque a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, acompanhada recentemente pela suspensão do acordo que permitia a exportação de grãos produzidos na Ucrânia, os riscos altistas para os preços das commodities agrícolas derivados da reaparição do fenômeno climático El Niño, as seguidas decepções com o ritmo de retomada do crescimento na China e o prolongamento dos ciclos de aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro.

Em relação à China, o ritmo médio de crescimento no primeiro semestre foi decepcionante, principalmente por conta do menor crescimento da indústria manufatureira, setor que vive um período de transformação em todo o mundo devido à reorganização das cadeias produtivas e da reversão do boom de consumo de duráveis ocorrido durante a pandemia, e também do setor de construção residencial que continua a sofrer o impacto negativo do processo de desalavancagem das grandes incorporadoras. O governo começou a adotar ações com o objetivo de ajudar a sustentar a expansão do PIB, mas tudo indica que o crescimento continuará a ser relativamente moderado nos próximos meses.

Quanto ao prolongamento do aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro, ele é resultante da persistência do núcleo da inflação em patamar relativamente elevado e do alto grau de aquecimento do mercado de trabalho. Nas duas economias, as taxas básicas de juros já foram elevadas para os níveis mais altos em mais de duas décadas, mas, mesmo assim, os bancos centrais mantêm as portas abertas para ajustes adicionais e sinalizam a manutenção do aperto monetário por um longo período, o que tende a manter o crescimento econômico mundial sob pressão neste e no próximo ano.

Em resumo, o cenário externo parece relativamente neutro. Por um lado, a redução do risco de recessão em economias desenvolvidas e o gradual declínio dos preços de matérias-primas ao longo do primeiro semestre são favoráveis. Por outro, as incertezas em torno do cenário para as commodities agrícolas, a decepção com o ritmo e a heterogeneidade do crescimento econômico na China e a continuidade dos ciclos de aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro são preocupantes.

No Brasil, o cenário político tem se comportado de forma oscilante. O pior momento para o Governo no primeiro semestre foi aquele que antecedeu a votação da MP da reestruturação ministerial. Em certo momento, a possibilidade de não aprovação era concreta e isso acarretaria em uma derrota estrondosa, o Governo, porém, conseguiu se rearticular e a MP foi aprovada. Desde então, o cenário político voltou a ficar mais favorável, apoiado no pragmatismo político do Presidente Lula e no protagonismo do Ministro Fernando Haddad na condução da agenda econômica.

Assim, o novo arcabouço fiscal foi aprovado na Câmara e no Senado, com modificações, e por isso, passará por uma votação final na Câmara, provavelmente no início do terceiro trimestre. Além disso, a primeira parte da reforma tributária, focada nos tributos sobre produção e consumo de bens e serviços também foi aprovada na Câmara e está agora no Senado.

É fato que o novo arcabouço fiscal pode ser criticado por diversas razões, e que o formato final da reforma tributária a ser aprovada pelo Congresso ainda não está totalmente claro, mas, sem dúvida, as duas reformas representam avanços estruturais relevantes para o país, especialmente diante da expressiva deterioração das contas públicas ocorrida nos últimos dez anos e do baixo crescimento do país no mesmo período.

Analogamente, a agenda econômica também passou inicialmente por maus momentos no primeiro semestre, com destaque para a aprovação da PEC da Transição que permitirá ao governo gastar cerca de 1,5% do PIB acima do teto de gastos em 2023, e para os agressivos ataques do Presidente Lula contra a independência do Banco Central e as metas de inflação, mas terminou o período em alta.

A aprovação do novo arcabouço fiscal reduziu o nível de incerteza em relação às perspectivas para as contas fiscais e o crescimento do PIB no primeiro trimestre foi surpreendentemente forte, o que ajudou no crescimento da arrecadação no período.

Além disso, a inflação desacelerou mais intensamente do que o esperado, ajudado pela expressiva valorização do Real nos últimos meses, pela queda de preço das commodities agrícolas, e devido ao pleno restabelecimento das cadeias globais de suprimentos. Também ajudou o fato do Conselho Monetário Nacional manter inalteradas as metas de inflação para 2024 e 2025, além de ter definido que a meta de 3% passará a ser permanente a partir de então.

Dessa forma, as projeções de inflação no horizonte relevante para a política monetária recuaram, as expectativas de inflação para o médio prazo começaram a cair, as taxas de juros futuro tiveram queda significativa e o Banco Central certamente encontrará espaço para cortar a taxa Selic nos próximos meses.



Cabe destacar que, por outro lado, a inflação de serviços, um dos principais focos de atenção do Banco Central, permanece elevada, e as expectativas de inflação para o médio prazo seguem acima da meta. Isso reforça a tendência de que o relaxamento da política monetária seja cauteloso, ao menos em sua fase inicial.

A maior probabilidade é que a política monetária continue a ser restritiva ainda por um bom tempo, limitando substancialmente o espaço para aceleração do crescimento econômico nos próximos trimestres. No entanto, se a agenda de reformas continuar a avançar no Congresso e o Banco Central tiver sucesso na transição para uma política monetária menos restritiva, poderemos presenciar tempos melhores à frente.

## **SUSTENTABILIDADE ESG**

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Sendo a gestão responsável parte da sua identidade, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos significativos ambientais, sociais ou de governança ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

O Alfa vem trabalhando para integrar a sustentabilidade a sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

Em 2023, seguimos com nosso foco numa atuação responsável e transparente com a publicação, pelo segundo ano consecutivo, de nosso Relatório de Sustentabilidade, trazendo informações econômicas, sociais, ambientais e de governança em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) – padrão adotado mundialmente para relatos de sustentabilidade.

Além disso, reforçamos nosso comprometimento com a garantia de equidade, a promoção da inclusão e o respeito à pluralidade de opiniões, em cumprimento às políticas publicadas.

No pilar Responsabilidade Social, várias campanhas – SOS Litoral Norte, Campanha de Inverno para doação de cobertores e agasalhos, Páscoa – conectaram nossos clientes, parceiros e colaboradores. Além disso, tivemos visitas guiadas ao Museu Judaico.

A Campanha de Inverno recolheu 70 kg de roupas e 390 cobertores que foram doados para instituições sociais parceiras.

Demos continuidade à agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives e conteúdos nas redes internas com temáticas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão, saúde e bem-estar. No primeiro semestre de 2023, tivemos conversas em datas comemorativas tais como Dia das Mulheres e Dia do Orgulho LGBT+.



Em relação ao Alfa Collab – nosso hub de inovação –, as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a startup passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios em um determinado horizonte de tempo. Além disso, criamos no Alfa Collab um Cluster de Impacto destinado a abrigar e estimular especificamente startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável, além do retorno financeiro.

No pilar de Compromissos Públicos e Engajamento Institucional, seguimos firmes no nosso propósito de observância dos principais movimentos setoriais. Em relação a nossa agenda regulatória, publicamos a tabela GRSAC do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC). Além disso, estamos conduzindo uma avaliação qualitativa com o objetivo de identificar e analisar os impactos sociais, ambientais e climáticos gerados por nossas atividades, produtos e serviços. O resultado deste trabalho será fundamental na implementação de formas de gestão dos respectivos impactos.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, evoluímos na jornada ALFA NETZERO – nosso programa de apoio a clientes e seus parceiros na transição para uma economia carbono neutro, disponibilizando produtos e serviços diversos, desde cálculos de emissões, passando por venda de crédito de carbono, desenvolvimento de projetos de transição e linhas de financiamento específicas e direcionadas. Entendendo nossa responsabilidade em contribuir com soluções, nosso foco nesse Pilar é mover todo o sistema para uma forma de trabalho mais sustentável, oferecendo produtos melhores e mais competitivos.

Ainda sob a égide do Pilar de Produtos ESG, as seguintes linhas e operações merecem destaque:

- Linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos, com as quais já vínhamos atuando;
- CDC/Leasing para o financiamento de Carregadores Elétricos;
- Capital de giro para as concessionárias de veículos em projetos de energia fotovoltaica;
- CDC PF para o financiamento de placas fotovoltaicas;
- Fianças: no primeiro semestre, emitimos ou renovamos R\$ 128 milhões para o setor de energias renováveis, sendo nosso estoque total de R\$ 714,6 milhões.

Reforçamos com nossa agenda para acelerar e desenvolver essas iniciativas e alcançarmos um ano ainda mais produtivo, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e a integridade no ambiente de negócios.

## **DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**

### **RESULTADO DO SEMESTRE**

O lucro líquido do Banco atingiu no semestre R\$ 30.990 mil (1º semestre/2022 R\$ 49.381 mil) correspondendo à rentabilidade anualizada de 3,73% (1º semestre/2022 6,34%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.678.619 mil (inicial de 1º semestre/2022 R\$ 1.580.926 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 350,04 (1º semestre/2022 R\$ 557,77).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 11.493 mil (1º semestre/2022 R\$ 13.798 mil), conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 12 letra “b”. Correspondendo ao valor bruto de R\$ 327,27 (1º semestre/2022 R\$ 310,23) por lote de mil



ações preferenciais. No 1º semestre de 2023 não houve pagamento para ações ordinárias (1º semestre/2022 R\$ 54,35 por lote de mil ações ordinárias).

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.698.116 mil ao final do semestre (31/12/2022 R\$ 1.678.619 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 19.180,75 (31/12/2022 R\$ 18.960,53).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2023, homologada pelo Banco Central do Brasil em 30/05/2023, aprovou o aumento do capital social para R\$ 820.925 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 42.745 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 15,82% (31/12/2022 14,48%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

## **RATING**

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.
- Moodys: " ML A-1.br" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

## **RECURSOS CAPTADOS**

O volume de recursos captados pelo Banco ao final do semestre atingiu R\$ 24.712.831 mil (31/12/2022 R\$ 25.606.246 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 13.427.130 mil (31/12/2022 R\$ 12.701.893 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.448.405 mil (31/12/2022 R\$ 1.458.372 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 6.832.125 mil (31/12/2022 R\$ 8.395.210 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 1.490.214 mil (31/12/2022 R\$ 1.793.626 mil) em empréstimos obtidos no exterior e R\$ 1.514.957 mil (31/12/2022 R\$ 1.257.145 mil) em repasses do país.

## **ATIVOS E EMPRÉSTIMOS**

O ativo total ao final do semestre alcançou R\$ 27.401.741 mil (31/12/2022 R\$ 28.125.913 mil). As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 20.747.371 mil (31/12/2022 R\$ 20.504.520 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 5.244.708 mil (31/12/2022 R\$ 6.345.668 mil), correspondente a 19,1% (31/12/2022 22,6%) dos ativos totais. Representada principalmente por 69,6% (31/12/2022 73,1%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 45,6% (31/12/2022 68,3%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Banco manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 3.577.339 mil (31/12/2022 R\$ 4.812.498 mil).



O total da carteira de crédito incluindo repasses interfinanceiros e garantias prestadas, atingiu o saldo de R\$ 7.737.887 mil (31/12/2022 R\$ 9.078.076 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito, demonstrada pela concentração de 98,7% (31/12/2022 99,1%), das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. Os créditos vencidos acima de 14 dias atingiram o saldo de R\$ 20.038 mil (31/12/2022 R\$ 8.874 mil). O saldo das provisões para perdas esperadas ao risco de crédito atingiu R\$ 111.195 mil (31/12/2022 R\$ 104.442 mil), correspondente a 2,4% (31/12/2022 1,8%) do total da carteira de crédito, 36,9% (31/12/2022 40,3%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

### **OUVIDORIA**

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

### **DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Banco, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no semestre outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que em reunião realizada em 10/08/2023, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2023.

### **AGRADECIMENTOS**

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.



## **DIRETORIA**

### **Diretor Presidente**

Fabio Alberto Amorosino

### **Diretores**

Antonio José Ambrozano Neto      Breno Perez Vicente  
Camila da Silva Zago                  Fabiano Siqueira de Oliveira  
Fabio de Sarandy Raposo

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 10 de agosto de 2023.

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Presidente**

Christophe Yvan François Cadier

### **Conselheiros**

Antonio César Santos Costa      Adilson Herrero  
Luiz Alves Paes de Barros



## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
	Explicativa		
<b>ATIVO</b>			
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>82.803</b>	<b>34.694</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>25.463.183</b>	<b>26.245.233</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	15.483.462	14.140.827
Títulos e Valores Mobiliários	4	5.244.708	6.345.668
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	19.201	18.025
Operações de Crédito	6	4.715.812	5.740.713
<b>PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>6d/e</b>	<b>(111.195)</b>	<b>(104.442)</b>
<b>PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</b>		<b>(189)</b>	<b>(189)</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>7</b>	<b>646.472</b>	<b>750.753</b>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>8</b>	<b>213.389</b>	<b>130.863</b>
<b>INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS</b>	<b>17</b>	<b>1.100.757</b>	<b>1.062.127</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>16.406</b>	<b>16.964</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>4.677</b>	<b>4.316</b>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(14.562)</b>	<b>(14.406)</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>27.401.741</b>	<b>28.125.913</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
	Explicativa		
<b>PASSIVO</b>			
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>24.940.117</b>	<b>25.683.428</b>
Depósitos	9	13.427.130	12.701.893
Operações Compromissadas	9	1.448.405	1.458.372
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	9	6.832.125	8.395.210
Relações Interdependências		8.035	9.361
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	3.005.171	3.050.771
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	219.251	67.821
<b>PROVISÕES</b>		<b>7.667</b>	<b>6.747</b>
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	10	7.667	6.747
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>672.645</b>	<b>738.273</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS</b>		<b>83.196</b>	<b>18.846</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.698.116</b>	<b>1.678.619</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>820.925</b>	<b>778.180</b>
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>2.800</b>	<b>2.800</b>
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>		<b>874.864</b>	<b>898.112</b>
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>		<b>(473)</b>	<b>(473)</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>27.401.741</b>	<b>28.125.913</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	1º Semestre	
		2023	2022
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.463.220</b>	<b>1.167.960</b>
Operações de Crédito	6f	318.530	315.128
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	4d	1.392.705	813.647
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	(268.527)	(39.731)
Resultado de Operações de Câmbio		20.512	78.916
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(1.415.248)</b>	<b>(1.080.328)</b>
Operações de Captação no Mercado		(1.385.935)	(1.050.778)
Resultado com Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(16.677)	(7.858)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6e	(12.636)	(21.692)
<b>RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>47.972</b>	<b>87.632</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>83.850</b>	<b>72.863</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		36.328	32.663
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17	43.416	38.278
Outras Receitas Operacionais	16a	4.106	1.922
<b>PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(103.370)</b>	<b>(94.050)</b>
Despesas de Pessoal		(68.819)	(55.035)
Despesas Administrativas	16b	(25.478)	(26.328)
Despesas Tributárias		(7.844)	(7.545)
Outras Despesas Operacionais	16c	(1.229)	(5.142)
<b>DESPESAS DE PROVISÕES</b>		<b>(3.848)</b>	<b>(5.160)</b>
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(3.848)	(5.160)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>24.604</b>	<b>61.285</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>		<b>304</b>	<b>480</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>24.908</b>	<b>61.765</b>
<b>TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO</b>		<b>6.082</b>	<b>(12.384)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8a</b>	<b>18.176</b>	<b>64</b>
Provisão para Imposto de Renda		(33.801)	(997)
Provisão para Contribuição Social		(30.549)	(899)
Ativo Fiscal Diferido		82.526	1.960
<b>Participação nos lucros</b>		<b>(12.094)</b>	<b>(12.448)</b>
Empregados		(12.094)	(12.448)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>30.990</b>	<b>49.381</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>350,04</b>	<b>557,77</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

**Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>1º Semestre</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>30.990</b>	<b>49.381</b>
Resultado de Avaliação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	-	10.262
<b>Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos</b>	<b>-</b>	<b>10.262</b>
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>30.990</b>	<b>59.643</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>752.224</b>	-	<b>2.800</b>	<b>838.578</b>	<b>(12.203)</b>	<b>(473)</b>	-	<b>1.580.926</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	-	25.956	-	(25.956)	-	-	-	-
<b>OUTROS EVENTOS :</b>								
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	10.262	-	-	10.262
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	-	-	-	-	-	-	<b>49.381</b>	<b>49.381</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>								
Reservas	-	-	-	35.583	-	-	(35.583)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(13.798)	(13.798)
<b>SALDOS EM 30/06/2022</b>	<b>752.224</b>	<b>25.956</b>	<b>2.800</b>	<b>848.205</b>	<b>(1.941)</b>	<b>(473)</b>	-	<b>1.626.771</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	25.956	-	9.627	10.262	-	-	45.845
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>778.180</b>	-	<b>2.800</b>	<b>898.112</b>	-	<b>(473)</b>	-	<b>1.678.619</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2023	42.745	-	-	(42.745)	-	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	-	-	-	-	-	-	<b>30.990</b>	<b>30.990</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>								
Reservas	-	-	-	19.497	-	-	(19.497)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(11.493)	(11.493)
<b>SALDOS EM 30/06/2023</b>	<b>820.925</b>	-	<b>2.800</b>	<b>874.864</b>	-	<b>(473)</b>	-	<b>1.698.116</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	42.745	-	-	(23.248)	-	-	-	19.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.491.322</b>	<b>1.181.333</b>
Intermediação Financeira	1.463.220	1.167.960
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	36.328	32.663
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(12.636)	(21.692)
Outras Receitas Operacionais	4.106	1.922
Resultados Não Operacionais	304	480
<b>2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.402.612</b>	<b>1.058.636</b>
<b>3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>26.865</b>	<b>33.154</b>
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	1.105	1.186
Serviços de Terceiros	25.760	31.968
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO ( 1-2-3 )</b>	<b>61.845</b>	<b>89.543</b>
<b>5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>974</b>	<b>1.019</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>60.871</b>	<b>88.524</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>43.416</b>	<b>38.278</b>
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	43.416	38.278
<b>8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>104.287</b>	<b>126.802</b>
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>104.287</b>	<b>126.802</b>
<b>Pessoal</b>	<b>70.779</b>	<b>58.714</b>
Remuneração Direta	60.767	50.473
Benefícios	6.781	5.223
F.G.T.S.	3.231	3.018
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(198)</b>	<b>16.250</b>
Federais	(2.031)	14.469
Municipais	1.833	1.781
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.698</b>	<b>2.420</b>
Aluguéis	2.698	2.420
<b>Outras (Doações Filantrópicas)</b>	<b>18</b>	<b>37</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>30.990</b>	<b>49.381</b>
Juros sobre o Capital Próprio	11.493	13.798
Lucros Retidos dos Semestres	19.497	35.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES</b>	<b>30.990</b>	<b>49.381</b>
<b>AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>(126.705)</b>	<b>(10.475)</b>
- Depreciações e Amortizações	974	1.019
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(43.416)	(38.278)
- Provisões para Perdas de TVM com Características de Crédito	(81.023)	1.059
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	12.636	21.692
- Provisões para Passivos Contingentes	3.848	5.160
- Atualização de Depósitos Judiciais	(1.548)	(1.063)
- Resultado Ativo Fiscal Diferido	(82.526)	(1.960)
- Resultado Passivo Fiscal Diferido	64.350	1.896
<b>(AUMENTO) / REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(104.843)</b>	<b>2.449.098</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(465.803)	606.391
Títulos e Valores Mobiliários	(760.712)	2.613.651
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.176)	36.799
Operações de Crédito	1.024.901	(319.715)
Outros Ativos	103.830	(499.588)
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	2.254
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5.883)	-
Ativo Fiscal Diferido	-	9.306
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(804.615)</b>	<b>(345.052)</b>
Depósitos	725.237	(682.009)
Operações Compromissadas	(9.967)	(909.703)
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	(1.563.085)	(96.369)
Relações Interdependências	(1.326)	13.344
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(45.600)	757.504
Instrumentos Financeiros Derivativos	151.430	82.839
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(2.928)	(1.527)
Outros Passivos	(46.879)	495.918
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.497)	(5.049)
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.005.173)</b>	<b>2.142.952</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(429)	(353)
Aplicações no Intangível	(251)	(456)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	6.785	3.519
Alienação de Imobilizados de Uso	59	20
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.942.695	(1.658.371)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>1.948.859</b>	<b>(1.655.641)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(18.745)	(10.139)
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(18.745)</b>	<b>(10.139)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>924.941</b>	<b>477.172</b>
Caixa e Equivalentes no Início dos Semestres	1.055.566	162.261
Caixa e Equivalentes no Final dos Semestres	1.980.507	639.433
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>924.941</b>	<b>477.172</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2023 – (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

### **1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **a) Atividade e estrutura do Grupo**

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A (“Banco”) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente e indiretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Banco possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agroindústria (Agropalma); Alimentos e Águas Minerais (Águas Prata Ltda) e Comunicações (Rádio Transamérica).

Em 23 de novembro de 2022, foi comunicado aos acionistas do Banco e ao mercado em geral, por meio de fato relevante publicado pelo Banco, a celebração, na mesma data, do contrato de compra e venda de ações entre a Administradora Fortaleza (AFL) e o Banco Safra (Safra) (Contrato), para a alienação da totalidade das participações societárias diretamente detidas pela AFL, representativas do controle acionário do Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui 8.718 (oito mil, setecentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,02% do capital votante do Banco, representando 0,01% do capital social total do Banco (Operação).



Nos termos do Contrato: (i) o fechamento da Operação está sujeito, dentre outras condições usuais a contratos dessa natureza, à aprovação prévia do Banco Central do Brasil (BACEN), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e (ii) nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., o Comprador se obrigou a fazer oferta pública para aquisição de ações (OPA) do Banco, da Alfa Holdings, do Consórcio Alfa e da Financeira Alfa, bem como a protocolar os respectivos pedidos de registro das OPAs perante a CVM, em até 30 (trinta) dias contados da data de fechamento da Operação.

Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, encontra-se pendente apenas a aprovação prévia do BACEN, tendo já sido obtidas as aprovações do CADE e da SUSEP.

#### **b) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN"), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 09/08/2023 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 10/08/2023.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: (i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; (ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; (iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; (iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; (v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; (vi) pagamento baseado em ações; (vii) eventos subsequentes; (viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; (ix) com exceção das disposições relacionadas as operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e (x) benefícios a empregados.

O BACEN através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: (i) a nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; (ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Semestre que reduziu o número de





linhas visando se aproximar ao padrão internacional; (iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo; (iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e (v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

### **c) Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros**

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e que entrará em vigor em 01/01/2025, o Banco desenvolveu um plano de implementação da respectiva norma que versou sobre o estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto, diagnóstico dos instrumentos financeiros impactados, escolha da metodologia de trabalho, definição da jornada a ser percorrida, montagem do cronograma, apresentação e aprovação da Diretoria e por fim submetido para aprovação ao Conselho de Administração. Haja vista as mudanças de conceitos, critérios e métodos, implicando em ajustes estruturais nos processos, sistemas e entorno tecnológico, que engloba regras e procedimentos específicos para o atendimento dos requerimentos da norma, o plano de implementação poderá sofrer alterações decorrentes da divulgação de novos normativos, prazos dos fornecedores e das discussões decorrentes de entendimentos. O Banco está em atuação permanente e próxima com os seus prestadores de serviços de Tecnologia para contribuir e monitorar o andamento do desenvolvimento das funcionalidades necessárias ao atendimento dos novos requerimentos.

Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025.

## **2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

**a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

**b) Ativos circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nºs 4 e 5). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6 "d" e "e").



**c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda;

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- (i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- (ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

**d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.



Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fez uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e passou a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: para as operações de captação Dólar x DI e Dólar x Libor; e DI x Pré para operações com depósitos interfinanceiros. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 5 destas demonstrações financeiras.

**e) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17);
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

**f) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**g) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

	Imposto de Renda (i)	Contribuição Social (ii)	PIS	Cofins	ISS (iii)
Instituições Financeiras	25%	20%	0,65%	4%	Até 5%

(i) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%;

(ii) Contribuição Social: A Lei nº 7.689/88 (com redação dada pela Lei nº 14.183/21) definiu a alíquota da Contribuição Social de 20% para os bancos de qualquer espécie e de 15% para as demais Instituições Financeiras;

(iii) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 8 "b").

**h) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do semestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 "e");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

**i) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- (i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- (ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) – decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

**j) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

**k) Resultado recorrente / não recorrente:** A política interna do Banco considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no 1º semestre de 2023, no montante de R\$ 30.990, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

### 3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 30/06/2023
<b>Aplicações no mercado aberto</b> : Títulos públicos do					
tesouro nacional	1.769.999	-	-	-	1.769.999
Posição bancada	1.769.999	-	-	-	1.769.999
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>4.009.314</b>	<b>4.959.236</b>	<b>4.524.776</b>	<b>220.137</b>	<b>13.713.463</b>
- de ligadas	4.009.314	4.816.385	4.256.847	215.698	13.298.244
- de terceiros	-	126.052	167.306	-	293.358
- item objeto de <i>hedge</i>	-	16.799	100.623	4.439	121.861
<b>Total</b>	<b>5.779.313</b>	<b>4.959.236</b>	<b>4.524.776</b>	<b>220.137</b>	<b>15.483.462</b>
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 31/12/2022
<b>Aplicações no mercado aberto</b> : Títulos públicos do					
tesouro nacional	920.146	-	-	-	920.146
Posição bancada	920.146	-	-	-	920.146
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>340.195</b>	<b>4.283.453</b>	<b>8.273.640</b>	<b>323.393</b>	<b>13.220.681</b>
- de ligadas	140.306	4.283.453	8.257.230	298.140	12.979.129
- de terceiros	199.889	-	-	-	199.889
- item objeto de <i>hedge</i>	-	-	16.410	25.253	41.663
<b>Total</b>	<b>1.260.341</b>	<b>4.283.453</b>	<b>8.273.640</b>	<b>323.393</b>	<b>14.140.827</b>



#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

##### a) Composição da carteira

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Títulos do tesouro nacional</b>	<b>2.011.551</b>	<b>3.371.258</b>
Letras financeiras do tesouro	1.284.286	592.311
Letras do tesouro nacional	151.905	871.034
Notas do tesouro nacional	575.360	1.907.913
Notas promissórias	36.943	40.275
Debêntures	484.443	358.914
Cédulas de produto rural	452.357	553.975
Cotas de fundos em direitos creditórios	13.577	957
Notas de crédito	200.684	-
Letras financeiras	95.265	124.579
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	9.990	44.616
Certificados de recebíveis imobiliários	2.990	4.603
Certificados de recebíveis do agronegócio	269.539	313.321
<b>Títulos livres</b>	<b>3.577.339</b>	<b>4.812.498</b>
<b>Títulos do tesouro nacional</b>	<b>1.638.952</b>	<b>1.265.515</b>
Letras financeiras do tesouro	197.692	912.120
Letras do tesouro nacional	1.441.260	353.395
Debêntures	28.417	267.655
<b>Títulos vinculados</b>	<b>1.667.369</b>	<b>1.533.170</b>
<b>Total - Títulos e valores mobiliários (i)</b>	<b>5.244.708</b>	<b>6.345.668</b>

(i) Cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de direitos creditórios do agronegócio e notas promissórias estão apresentados líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em 30/06/2023 o saldo de provisão é de R\$ 3.726 (31/12/2022 R\$ 84.479).

## b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	30/06/2023					31/12/2022					
	sem data de vencimento	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado
<b>Títulos do tesouro nacional</b>	-	1.170	700	2.396.988	-	2.398.858	2.341.288	57.570	1.425.676	1.423.845	1.831
Letras financeiras do tesouro	-	1.170	700	803.823	-	805.693	804.943	750	869.968	869.703	265
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.593.165	-	1.593.165	1.536.345	56.820	474.666	471.785	2.881
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	81.042	82.357	(1.315)
Cotas de fundos em direitos creditórios	13.577	-	-	-	-	13.577	13.577	-	957	957	-
Letras financeiras	-	30.289	61.935	3.041	-	95.265	95.265	-	124.579	124.579	-
Debêntures	-	-	-	24.852	197.918	222.770	224.149	(1.379)	231.919	234.075	(2.156)
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	75.000	-	44.414	119.414	120.242	(828)	148.091	148.739	(648)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	2.990	2.990	-	-	4.603	4.603	-
<b>Títulos para negociação (ii)</b>	<b>13.577</b>	<b>31.459</b>	<b>137.635</b>	<b>2.424.881</b>	<b>245.322</b>	<b>2.852.874</b>	<b>2.797.511</b>	<b>55.363</b>	<b>1.935.825</b>	<b>1.936.798</b>	<b>(973)</b>
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	75.944	75.944	-
<b>Títulos disponíveis para venda (iii)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>75.944</b>	<b>75.944</b>	-
<b>Títulos do tesouro nacional</b>	-	<b>542.475</b>	-	<b>487.249</b>	<b>221.921</b>	<b>1.251.645</b>	<b>1.251.645</b>	-	<b>3.211.097</b>	<b>3.211.097</b>	-
Letras financeiras do tesouro	-	542.475	-	133.810	-	676.285	676.285	-	634.463	634.463	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	749.763	749.763	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	353.439	221.921	575.360	575.360	-	1.826.871	1.826.871	-
Notas promissórias	-	-	10.069	26.874	-	36.943	36.943	-	40.275	40.275	-
Cédulas de produto rural	-	68.729	165.300	218.328	-	452.357	452.357	-	553.975	553.975	-
Debêntures	-	-	205.486	84.604	-	290.090	290.090	-	318.706	318.706	-
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	-	-	9.990	-	-	9.990	9.990	-	44.616	44.616	-
Notas de crédito	-	-	200.684	-	-	200.684	200.684	-	-	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	27.639	58.519	63.967	150.125	150.125	-	165.230	165.230	-
<b>Títulos mantidos até o vencimento (iii)</b>	-	<b>611.204</b>	<b>619.168</b>	<b>875.574</b>	<b>285.888</b>	<b>2.391.834</b>	<b>2.391.834</b>	-	<b>4.333.899</b>	<b>4.333.899</b>	-
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>13.577</b>	<b>642.663</b>	<b>756.803</b>	<b>3.300.455</b>	<b>531.210</b>	<b>5.244.708</b>	<b>5.189.345</b>	<b>55.363</b>	<b>6.345.668</b>	<b>6.346.641</b>	<b>(973)</b>

(i) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(iii) Conforme nota 04a(i), os valores estão líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Os títulos foram classificados nas categorias:

- **"Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda"**: o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

- **"Títulos para negociação"**: os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado, foram registrados sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

- **"Títulos disponíveis para venda"**: os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado foram registrados em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- **"Títulos mantidos até o vencimento"**: classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos, estão líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, na data do balanço totalizava R\$ 2.385.322 (31/12/2022 R\$ 4.361.929).

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLC.



### c) Composição de títulos vinculados

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Vinculados a operações compromissadas (i)	1.469.677	1.421.456
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	107.476	25.206
Títulos dados em garantia de operações de clearing de câmbio	24.831	71.808
Títulos dados em garantia de registro de gravame	58.689	10.628
Títulos dados em garantia em ações judiciais	6.696	4.072
<b>Total</b>	<b>1.667.369</b>	<b>1.533.170</b>

(i) Em 31/12/2022 havia provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 40.481.

### d) Composição de resultado com títulos mobiliários

	<b>1º Semestre</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.032.271	501.016
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	360.434	312.631
<b>Total</b>	<b>1.392.705</b>	<b>813.647</b>

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2023 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap* e *NDF*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:





## a) Instrumentos financeiros derivativos:

### Negociação:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor de	Custo	Valor Justo	Valor de	Custo	Valor Justo
	Referência	Amortizado		Referência	Amortizado	
Mercado interfinanceiro	165.184	167.183	172.029	224.490	238.740	243.810
Moeda estrangeira	41.645	40.811	41.943	43.470	44.299	47.850
Índices	112.000	135.515	135.515	116.073	131.970	131.883
<b>Posição ativa</b>	<b>318.829</b>	<b>343.509</b>	<b>349.487</b>	<b>384.033</b>	<b>415.009</b>	<b>423.543</b>
Pré	10.000	11.237	11.727	15.664	16.822	17.316
Mercado interfinanceiro	143.646	168.846	170.792	143.879	160.414	162.205
Moeda estrangeira	31.080	31.099	31.040	95.999	98.234	99.174
Índices	134.103	135.273	137.393	128.491	131.498	134.774
<b>Posição passiva</b>	<b>318.829</b>	<b>346.455</b>	<b>350.952</b>	<b>384.033</b>	<b>406.968</b>	<b>413.469</b>
<b>Total - contratos de swaps - exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>(2.946)</b>	<b>(1.465)</b>	<b>-</b>	<b>8.041</b>	<b>10.074</b>
<b>Non Deliverable Forward - NDF</b>						
Posições Ativas	1.018.478	1.021.987	999.234	596.007	676.134	592.811
Posições Passivas	1.018.478	1.051.671	1.032.857	596.007	673.492	593.669
<b>Exposição Líquida - NDF</b>	<b>-</b>	<b>(29.684)</b>	<b>(33.623)</b>	<b>-</b>	<b>2.642</b>	<b>(858)</b>
<b>Total</b>			<b>(35.088)</b>			<b>9.216</b>

### Hedge:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor de	Custo	Valor Justo	Valor de	Custo	Valor Justo
	Referência	Amortizado		Referência	Amortizado	
Moeda estrangeira	1.147.675	1.009.584	1.025.849	1.147.675	1.114.613	1.139.135
<b>Posição ativa</b>	<b>1.147.675</b>	<b>1.009.584</b>	<b>1.025.849</b>	<b>1.147.675</b>	<b>1.114.613</b>	<b>1.139.135</b>
Mercado interfinanceiro	1.147.675	1.155.027	1.190.811	1.147.675	1.155.266	1.198.147
<b>Posição passiva</b>	<b>1.147.675</b>	<b>1.155.027</b>	<b>1.190.811</b>	<b>1.147.675</b>	<b>1.155.266</b>	<b>1.198.147</b>
<b>Total - contratos de swaps - exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>(145.443)</b>	<b>(164.962)</b>	<b>-</b>	<b>(40.653)</b>	<b>(59.012)</b>

## b) Contratos de futuros:

### Negociação:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Quantidade de	Valor de	Valor Justo	Quantidade de	Valor de	Valor Justo
	Contratos	Referência		Contratos	Referência	
Compromissos de compra - DDI	280	62.321	-	782	203.978	-
Compromissos de venda - DDI	2.134	(502.304)	-	1.112	(283.994)	-
Compromissos de compra - DI	4.011	386.373	-	1.754	169.373	-
Compromissos de venda - DI	20.258	(1.606.948)	-	6.958	(570.349)	-
Compromissos de compra - Dólar	245	59.035	-	815	213.684	-
Compromissos de venda - Dólar	155	(37.328)	-	-	-	-
Compromissos de compra - DAP	622	15	-	126	3	-
Compromissos de venda - DAP	1.305	(24)	-	1.454	(25)	-
Compromissos de compra - EUP	2	104	-	92	5.185	-
Compromissos de venda - EUP	470	(24.578)	-	370	(20.923)	-
Compromissos de venda - Índices	10	(10.743)	-	-	-	-
<b>Total - contratos futuros</b>	<b>29.492</b>	<b>(1.674.077)</b>	<b>-</b>	<b>13.463</b>	<b>(283.068)</b>	<b>-</b>

### Hedge:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Quantidade de	Valor de	Valor Justo	Quantidade de	Valor de	Valor Justo
	Contratos	Referência		Contratos	Referência	
Compromissos de venda - DI	65.245	(5.715.650)	-	52.895	(4.427.468)	-
<b>Total - contratos futuros</b>	<b>65.245</b>	<b>(5.715.650)</b>	<b>-</b>	<b>52.895</b>	<b>(4.427.468)</b>	<b>-</b>



c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	Ativo					
	30/06/2023			31/12/2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	3.598	-	<b>3.598</b>	11.505	-	<b>11.505</b>
NDF	15.603	-	<b>15.603</b>	6.520	-	<b>6.520</b>
<b>Total</b>	<b>19.201</b>	-	<b>19.201</b>	<b>18.025</b>	-	<b>18.025</b>
	Passivo					
	30/06/2023			31/12/2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	5.063	164.962	<b>170.025</b>	1.431	59.012	<b>60.443</b>
NDF	49.226	-	<b>49.226</b>	7.378	-	<b>7.378</b>
<b>Total</b>	<b>54.289</b>	<b>164.962</b>	<b>219.251</b>	<b>8.809</b>	<b>59.012</b>	<b>67.821</b>

d) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

**Negociação:**

	30/06/2023					31/12/2022				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swaps	-	(147)	(972)	(346)	<b>(1.465)</b>	7.827	373	698	1.176	<b>10.074</b>
NDF	(11.605)	(20.994)	(1.024)	-	<b>(33.623)</b>	(1.975)	2.294	(1.177)	-	<b>(858)</b>
<b>Total</b>	<b>(11.605)</b>	<b>(21.141)</b>	<b>(1.996)</b>	<b>(346)</b>	<b>(35.088)</b>	<b>5.852</b>	<b>2.667</b>	<b>(479)</b>	<b>1.176</b>	<b>9.216</b>

**Hedge:**

	30/06/2023					31/12/2022				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swaps	-	-	(164.962)	-	<b>(164.962)</b>	-	-	(59.012)	-	<b>(59.012)</b>

e) Os seguintes resultados foram reconhecidos na demonstração do resultado sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2023			2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(1.504)	(154.476)	<b>(155.980)</b>	18.711	(196.619)	<b>(177.908)</b>
Futuro	4.693	(77.655)	<b>(72.962)</b>	67.077	67.533	<b>134.610</b>
Prêmios de opções	(48)	-	<b>(48)</b>	(28)	-	<b>(28)</b>
NDF	(39.537)	-	<b>(39.537)</b>	3.595	-	<b>3.595</b>
<b>Total</b>	<b>(36.396)</b>	<b>(232.131)</b>	<b>(268.527)</b>	<b>89.355</b>	<b>(129.086)</b>	<b>(39.731)</b>



f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:

	1º Semestre					
	2023			2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(552)	(1.160)	(1.712)	1.052	(6.228)	(5.176)
Prêmios de opções	-	-	-	(38)	-	(38)
NDF	(439)	-	(439)	363	-	363
<b>Total</b>	<b>(991)</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(2.151)</b>	<b>1.377</b>	<b>(6.228)</b>	<b>(4.851)</b>

g) **Contabilidade de Hedge:** O Banco adotou a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo de operações com depósitos interfinanceiros e risco de taxa de juros mais variação cambial decorrente de captação no exterior em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações com depósitos interfinanceiros. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, o Banco utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

h) **Análise de sensibilidade:** O Banco realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-lo a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresses possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco não acredita que possam ocorrer.

Exposição	30/06/2023			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário ( a )	cenário ( b )	cenário ( c )
Pré-fixado	1.603.207	(2.979)	(12.424)	(25.041)
Cupom de inflação	(396.799)	(2.665)	(14.835)	(20.752)
Bolsa	5	(337)	536	1.286
Câmbio	(354.149)	9.049	17.308	34.422
Exposição	31/12/2022			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário ( a )	cenário ( b )	cenário ( c )
Pré-fixado	1.896.268	818	1.243	2.761
Cupom de inflação	(104.799)	(2.870)	(19.067)	(27.938)
Câmbio	8.497	2.059	230	506



Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### a) Composição da carteira de crédito

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Empréstimos	1.037.930	2.008.312
Financiamentos	1.917.437	1.733.832
Financiamentos rurais	11.594	11.015
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	513.780	635.474
Créditos por avais e fianças honrados	829	-
Outros créditos (i)	1.234.242	1.352.080
<b>Total da carteira</b>	<b>4.715.812</b>	<b>5.740.713</b>
Garantias prestadas (ii)	3.022.075	3.337.363
<b>Total geral da carteira</b>	<b>7.737.887</b>	<b>9.078.076</b>

(i) Composto por recebíveis adquiridos sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 17/06/2024 à taxa de 14,13% ao ano até 34,80% ao ano no montante de R\$ 1.228.631 (31/12/2022 R\$ 1.312.727), títulos a receber no montante de R\$ 5.611 (31/12/2022 "zero") e transações por meio de pagamento no montante de "zero" (31/12/2022 R\$ 39.353).

(ii) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação. Os montantes garantidos eram de R\$ 3.006.448 (31/12/2022 R\$ 3.290.696) referente a fianças prestadas e de R\$ 15.627 (31/12/2022 R\$ 46.667) referente a créditos abertos para importação.

O Banco realiza operações de captação através de "letras de crédito do agronegócio" e "letras de crédito imobiliário", classificadas no grupo "recursos de aceites e emissão de títulos", conforme descrito na nota explicativa nº 9, lastreadas na data destas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 766.314 (31/12/2022 R\$ 1.173.788), sendo R\$ 301.285 (31/12/2022 R\$ 572.963) por operações de crédito e R\$ 465.029 (31/12/2022 R\$ 600.825) por títulos de crédito (classificados no grupo "títulos e valores mobiliários").

### b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	<b>30/06/2023</b>		<b>31/12/2022</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Setor Privado				
Rural	51.968	1,1	61.519	1,1
Indústria	1.849.900	39,2	2.307.525	40,2
Comércio	1.289.539	27,3	1.586.365	27,6
Instituições financeiras	-	-	870	-
Serviços	1.502.288	31,9	1.760.620	30,7
Pessoas físicas	22.117	0,5	23.814	0,4
<b>Total da carteira</b>	<b>4.715.812</b>	<b>100,0</b>	<b>5.740.713</b>	<b>100,0</b>

### c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	30/06/2023				31/12/2022			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	2.487.285	4.830	2.492.115	52,8	3.185.641	770	3.186.411	55,5
de 181 a 360 dias	788.735	1.718	790.453	16,8	1.183.533	618	1.184.151	20,7
acima de 360 dias	1.419.754	1.952	1.421.706	30,1	1.362.665	570	1.363.235	23,7
<b>Total vincendas</b>	<b>4.695.774</b>	<b>8.500</b>	<b>4.704.274</b>	<b>99,7</b>	<b>5.731.839</b>	<b>1.958</b>	<b>5.733.797</b>	<b>99,9</b>
até 60 dias	-	7.786	7.786	0,2	-	606	606	-
de 61 a 180 dias	-	3.213	3.213	0,1	-	943	943	-
acima de 180 dias	-	539	539	-	-	5.367	5.367	0,1
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>11.538</b>	<b>11.538</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>6.916</b>	<b>6.916</b>	<b>0,1</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>4.695.774</b>	<b>20.038</b>	<b>4.715.812</b>	<b>100,0</b>	<b>5.731.839</b>	<b>8.874</b>	<b>5.740.713</b>	<b>100,0</b>

### d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2023					31/12/2022				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão(i)		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão(i)	
	A Vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.633.223	-	1.633.223	-	-	2.068.539	-	2.068.539	-	-
A	2.556.418	-	2.556.418	18.953	22.532	2.768.572	-	2.768.572	20.793	21.346
B	367.810	-	367.810	5.873	13.119	706.814	-	706.814	9.315	19.635
C	94.271	3.424	97.695	9.415	16.234	146.364	454	146.818	4.919	14.711
E	-	-	-	-	-	-	2.427	2.427	728	1.213
G	31.480	14.187	45.667	31.967	44.311	29.480	-	29.480	20.636	29.474
H	12.572	2.427	14.999	14.999	14.999	12.070	5.993	18.063	18.063	18.063
<b>Total</b>	<b>4.695.774</b>	<b>20.038</b>	<b>4.715.812</b>	<b>81.207</b>	<b>111.195</b>	<b>5.731.839</b>	<b>8.874</b>	<b>5.740.713</b>	<b>74.454</b>	<b>104.442</b>

(i) Inclui provisão para garantias prestadas que estão registradas em contas de compensação.

(ii) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

### e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>Saldo inicial dos semestres</b>	<b>104.442</b>	<b>83.457</b>
Complemento líquido de reversão	12.636	21.692
Baixas líquidas dos valores recuperados	(5.883)	-
<b>Saldo final dos semestres</b>	<b>111.195</b>	<b>105.149</b>

A provisão atingiu o saldo de R\$ 111.195 (31/12/2022 R\$ 104.442), correspondente a 2,4% (31/12/2022 1,8%) do total da carteira. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº



2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. As provisões constituídas eram R\$ 14.850 (31/12/2022 R\$ 9.710), sendo para fianças prestadas R\$ 14.775 (31/12/2022 R\$ 9.477) e para créditos abertos para importação R\$ 75 (31/12/2022 R\$ 233).

No 1º semestre de 2023 foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 5.993 (1º semestre/2022 "zero") e ocorreram recuperações no montante de R\$ 53 (1º semestre/2022 R\$ 920).

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID-19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, o Banco concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2023, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 36.368 (31/12/2022 R\$ 48.276).

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2023 é de R\$ 109.294 (31/12/2022 R\$ 67.487).

#### f) Rendas de operações de crédito

	1º Semestre	
	2023	2022
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	197.262	236.212
Rendas de financiamentos	121.221	77.996
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	47	920
<b>Total</b>	<b>318.530</b>	<b>315.128</b>

#### 7. OUTROS ATIVOS

	30/06/2023	31/12/2022
Carteira de câmbio (a)	553.120	660.247
Depósitos judiciais	35.230	31.842
Despesas antecipadas	13.892	17.458
Outros valores e bens	10.889	10.889
Outros	33.341	30.317
<b>Total</b>	<b>646.472</b>	<b>750.753</b>
Circulante	596.989	706.478
Não Circulante	49.483	44.275
<b>Total</b>	<b>646.472</b>	<b>750.753</b>

### (a) Carteira de câmbio

	Outros Ativos		Outros Passivos	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Câmbio comprado a liquidar	502.959	663.633	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	51.565	14.097
Direitos sobre vendas de câmbio	51.844	5.324	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	531.540	629.286
Adiantamentos recebidos	(1.683)	(8.710)	-	-
<b>Total</b>	<b>553.120</b>	<b>660.247</b>	<b>583.105</b>	<b>643.383</b>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>Resultado antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado</b>	<b>12.814</b>	<b>49.317</b>
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(5.766)	(22.193)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Juros sobre o capital próprio	5.172	6.209
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(414)	(1.635)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.039)	(9.760)
Provisões para perdas de TVM com características de crédito	36.460	(477)
Equivalência patrimonial	19.537	17.225
Ajustes ao valor de mercado	952	8.931
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	(51.789)	(1.788)
Obrigações fiscais diferidas	(64.350)	(1.896)
Ativo fiscal diferido	82.526	1.960
Outros valores (ii)	(1.113)	3.488
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>18.176</b>	<b>64</b>
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	18.176	64
<b>Resultado contabilizado</b>	<b>18.176</b>	<b>64</b>

(i) Vide nota explicativa nº 2 "g".

(ii) Composto, basicamente por participação nos lucros, despesas administrativas e pessoal.

### b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	Constituição	Realização / Reversão	30/06/2023
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	3.038	1.731	(1.317)	3.452
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	46.998	24.288	(21.250)	50.036
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	14.113	51.789	-	65.902
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	14.991	68.068	(4.733)	78.326
Outros créditos tributários (i)	51.723	63.565	(99.615)	15.673
<b>Total - créditos tributários</b>	<b>130.863</b>	<b>209.441</b>	<b>(126.915)</b>	<b>213.389</b>
Obrigações fiscais diferidas	(18.846)	(73.566)	9.216	(83.196)
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>112.017</b>			<b>130.193</b>
<b>% Sobre patrimônio líquido</b>	<b>6,7%</b>			<b>7,7%</b>

(i) Composto, basicamente por provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de títulos e valores mobiliários.

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2023, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:



	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5anos
<b>Realização dos créditos tributários</b>	14%	18%	39%	24%	3%	2%

Em 30/06/2023, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 99.386. Em 30/06/2023 e 31/12/2022 todos os créditos tributários estavam ativados.

## 9. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	acima de 1.080 dias	Total 30/06/2023
Depósitos interfinanceiros	7.960.191	925.306	-	-	8.885.497
Depósitos a prazo (i)	1.589.858	1.704.235	1.232.361	15.179	4.541.633
<b>Total de depósitos</b>	<b>9.550.049</b>	<b>2.629.541</b>	<b>1.232.361</b>	<b>15.179</b>	<b>13.427.130</b>
Captações no mercado aberto	1.448.405	-	-	-	1.448.405
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.710.225	1.856.938	3.071.894	193.068	6.832.125
Letras financeiras	1.354.385	1.611.755	3.071.894	193.068	6.231.102
Letras de crédito do agronegócio	341.485	245.183	-	-	586.668
Letras de crédito imobiliário	14.355	-	-	-	14.355
Obrigações por empréstimos no exterior	213.556	545.188	731.470	-	1.490.214
Obrigações por repasses do país (ii)	71.179	371.314	754.449	318.015	1.514.957
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>12.993.414</b>	<b>5.402.981</b>	<b>5.790.174</b>	<b>526.262</b>	<b>24.712.831</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>52,6%</b>	<b>21,9%</b>	<b>23,4%</b>	<b>2,1%</b>	<b>100,0%</b>

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	acima de 1.080 dias	Total 31/12/2022
Depósitos interfinanceiros	6.524.330	830.587	6.713	-	7.361.630
Depósitos a prazo (i)	1.428.961	2.485.289	1.411.314	14.699	5.340.263
<b>Total de depósitos</b>	<b>7.953.291</b>	<b>3.315.876</b>	<b>1.418.027</b>	<b>14.699</b>	<b>12.701.893</b>
Captações no mercado aberto	1.458.372	-	-	-	1.458.372
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.625.284	2.859.394	3.627.883	282.649	8.395.210
Letras financeiras	937.807	2.465.480	3.627.883	282.649	7.313.819
Letras de crédito do agronegócio	687.477	393.914	-	-	1.081.391
Obrigações por empréstimos no exterior	331.302	369.724	1.092.600	-	1.793.626
Obrigações por repasses do país (ii)	155.247	263.358	563.818	274.722	1.257.145
<b>Total de depósitos e recursos captados</b>	<b>11.523.496</b>	<b>6.808.352</b>	<b>6.702.328</b>	<b>572.070</b>	<b>25.606.246</b>
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>45,0%</b>	<b>26,6%</b>	<b>26,2%</b>	<b>2,2%</b>	<b>100,0%</b>

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 1.435.093 (31/12/2022 R\$ 1.876.088), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3 e na CRT4.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 17/07/2028 à taxa pós-fixada de 0,82% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 2,80% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,30% até 1,43% ao ano mais SELIC, e LIBOR pós fixada de 4,37% até 4,52% ao ano; Operações de FINAME, com vencimentos até 17/12/2029 à taxa pré-fixada de 1,50% até 13,73% ao ano, pós-fixada de 0,82% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,07% até 7,37% ao ano mais TLP-IPC, e pós-fixada de 0,95% até 2,45% ao ano mais SELIC.



## 10. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2023 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e			Total
	Previdenciárias (i)	Trabalhistas (ii)	Cíveis (iii)	
<b>Saldo inicial em 01/01/2023</b>	<b>2.114</b>	<b>4.602</b>	<b>31</b>	<b>6.747</b>
(+) Complemento líquido de reversões	-	3.407	351	3.758
(+) Atualização	90	-	-	90
(-) Pagamentos	-	(2.924)	(4)	(2.928)
<b>Saldo final em 30/06/2023</b>	<b>2.204</b>	<b>5.085</b>	<b>378</b>	<b>7.667</b>

(i) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente as obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 1.363 (31/12/2022 R\$ 1.318).

(ii) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-funcionários, terceirizados e entidades ou órgãos representativos que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.020 (31/12/2022 R\$ 853).

(iii) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados, revisionais de juros e/ou atualização e indenizações por danos materiais e/ou morais. A provisão constituída encontra-se registrada no exigível a longo prazo na rubrica



“provisão para passivos contingentes” e leva em conta as datas esperadas de pagamentos. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações com risco de contingência e seu histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram, o montante de R\$ 477 (31/12/2022 R\$ 438), representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

## 11. OUTROS PASSIVOS

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Carteira de câmbio (i)	583.105	643.383
Despesas de pessoal e administrativa	33.022	34.328
Sociais e estatutária	20.976	28.533
Resultado de exercícios futuros	6.328	6.060
Outros	29.214	25.969
<b>Total</b>	<b>672.645</b>	<b>738.273</b>
Circulante	669.630	737.328
Não Circulante	3.015	945
<b>Total</b>	<b>672.645</b>	<b>738.273</b>

(i) Conforme nota explicativa nº 7 “a”.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Dividido em 53.482.129 (31/12/2022 53.482.129) ações ordinárias e 35.118.455 (31/12/2022 35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2023, homologado pelo Banco Central do Brasil em 30/05/2023, aprovou o aumento do capital social para R\$ 820.925 mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 42.745.

### b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei n.º 9.249 de 26/12/1995.



	1º Semestre	
	2023	2022
<b>Lucro líquido dos semestres</b>	<b>30.990</b>	<b>49.381</b>
( - ) Reserva legal	(1.550)	(2.469)
Lucro líquido ajustado	29.440	46.912
<b>Juros sobre o capital próprio - valor bruto</b>	<b>11.493</b>	<b>13.798</b>
( - ) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.724)	(2.070)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	9.769	11.728

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 11.493 (1º semestre/2022 R\$ 13.798), correspondendo ao valor bruto de R\$ 327,27 (1º semestre/2022 R\$ 310,23) por lote de mil ações preferenciais e para ações ordinárias não houve pagamento (1º semestre/2022 R\$ 54,35 por lote de mil ações ordinárias).

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Banco em R\$ 5.172 (1º semestre/2022 R\$ 6.209) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

#### c) Reserva de lucros

	30/06/2023	31/12/2022
Reserva estatutária - para aumento de capital	576.609	603.201
Reserva estatutária - especial para dividendos	152.685	150.890
Reserva legal	111.126	109.577
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
<b>Total</b>	<b>874.864</b>	<b>898.112</b>

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No semestre não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros.

#### d) Ações em tesouraria – programa de recompra de ações

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 31/03/2019, o Conselho de Administração aprovou o “Programa de Recompra” de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2023 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473.



Em 30/06/2023, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 30/06/2023, eram de R\$ 10,20 por ação ON e R\$ 10,10 por ação PN.

### **13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a)** Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo BACEN, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

Todas as transações entre o Banco e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.



	1º Semestre			
	30/06/2023	31/12/2022	2023	2022
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.658</b>	<b>324</b>	-	-
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>1.658</b>	<b>324</b>	-	-
Banco Alfa S.A.	1.658	324	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros</b>	<b>5.543.447</b>	<b>6.197.455</b>	<b>403.796</b>	<b>288.608</b>
- <b>Controladas</b>	<b>(295.955)</b>	<b>(135.903)</b>	<b>(11.113)</b>	<b>8.877</b>
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(93.500)	(110.520)	(5.889)	(4.477)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(202.455)	(25.383)	(5.224)	13.354
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>5.839.402</b>	<b>6.333.358</b>	<b>414.909</b>	<b>279.731</b>
Banco Alfa S.A.	994.389	1.011.697	69.187	40.992
Financeira Alfa S.A.-CFI	4.845.013	5.321.661	345.722	238.739
<b>Operações de Crédito - aquisição de ativos</b>	<b>-</b>	<b>18.168</b>	<b>1.444</b>	<b>40.592</b>
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>-</b>	<b>18.168</b>	<b>1.444</b>	<b>40.592</b>
Agropalma S.A.	-	2.360	52	18.854
Indústria Xhara	-	2.469	56	7.771
C&C Casa e Construção Ltda.	-	13.211	1.332	13.966
Companhia Refinadora da Amazonia	-	128	4	1
<b>Negociação e intermediação de valores</b>	<b>(6.369)</b>	<b>2.184</b>	-	-
- <b>Controlada</b>	<b>(6.369)</b>	<b>2.184</b>	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(6.369)	2.184	-	-
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(1.438)</b>	<b>(5.333)</b>	-	-
- <b>Controladas</b>	<b>4.786</b>	<b>6.786</b>	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	3.412	4.743	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	1.374	2.043	-	-
- <b>Controlador</b>	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	-	-
Pessoa física	(3)	(3)	-	-
- <b>Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora</b>	<b>(2.567)</b>	<b>(2.697)</b>	-	-
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(3.654)</b>	<b>(9.419)</b>	-	-
Alfa Holdings S.A.	-	(2.119)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	(2.114)	-	-
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(3.651)	(5.182)	-	-
Pessoa física	(3)	(4)	-	-
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(1.047.379)</b>	<b>(1.022.708)</b>	<b>(65.157)</b>	<b>(47.614)</b>
- <b>Controladas</b>	<b>(196.128)</b>	<b>(170.734)</b>	<b>(11.460)</b>	<b>(9.343)</b>
Bri Participações Ltda.	(196.128)	(170.734)	(11.460)	(9.343)
- <b>Controlador</b>	<b>(8.037)</b>	<b>(21.676)</b>	<b>(1.133)</b>	<b>(909)</b>
Administradora Fortaleza Ltda.	(8.037)	(7.733)	(501)	(239)
Pessoa física	-	(13.943)	(632)	(670)
- <b>Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora</b>	<b>(18.593)</b>	<b>(15.830)</b>	<b>(1.068)</b>	<b>(908)</b>
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(824.621)</b>	<b>(814.468)</b>	<b>(51.496)</b>	<b>(36.454)</b>
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(245.575)	(228.954)	(15.065)	(3.123)
Agropalma Holdings Ltda.	(138.343)	(133.401)	(8.568)	(758)
Alfatar Participações Ltda.	(27.674)	(91.362)	(3.700)	(12.581)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(70.201)	(71.454)	(4.553)	(3.264)
Administradora e Editora Vera Cruz Ltda	(31.242)	(1.581)	(947)	(81)
Adm. Editora Vera Cruz - São Paulo Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA	(17.144)	-	(447)	-
Alfa Participações Administração e Representações Ltda.	(118.114)	(70.255)	(4.780)	(975)
Alfa Holdings S.A.	(34.020)	(34.407)	(2.186)	(1.967)
Metropar Adm e Part. Ltda.	(8.422)	(6.620)	(421)	(836)
Outros - abaixo de 1% do total	(28.834)	(64.051)	(3.000)	(9.837)
Pessoa física	(105.052)	(112.383)	(7.829)	(3.032)
<b>Recursos de emissão de títulos</b>	<b>(694.071)</b>	<b>(654.130)</b>	<b>(44.291)</b>	<b>(33.007)</b>
- <b>Controlada</b>	<b>(142.272)</b>	<b>(132.539)</b>	<b>(9.730)</b>	<b>(11.154)</b>
Bri Participações Ltda.	(142.272)	(132.539)	(9.730)	(11.154)
- <b>Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora</b>	<b>(15.764)</b>	<b>(18.698)</b>	<b>(941)</b>	<b>(809)</b>
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(536.035)</b>	<b>(502.893)</b>	<b>(33.620)</b>	<b>(21.044)</b>
Corumbal Participações e Administrações Ltda.	(50.083)	(46.776)	(3.307)	(5.239)
Metropar Adm e Part Ltda	(44.366)	(41.411)	(2.956)	(1.498)
Alfatar Participações Ltda.	(38.256)	(35.716)	(2.540)	(1.911)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(32.071)	(29.924)	(2.147)	(3.327)
Alfa Holdings S.A.	(21.263)	(26.580)	(1.668)	(1.520)
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	(10.003)	(9.340)	(663)	(470)
Omega Part Represent e Administração Ltda.	-	-	-	(663)
Fundação Clemente de Faria	(75.469)	(72.506)	(5.087)	(2.345)
Pessoa física	(264.524)	(240.640)	(15.252)	(4.071)
<b>Outras transações (2)</b>	<b>(5.458)</b>	<b>922</b>	-	-
- <b>Controladas</b>	<b>263</b>	<b>195</b>	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	138	122	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	125	73	-	-
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(5.721)</b>	<b>727</b>	-	-
Banco Alfa S.A.	(6.205)	51	-	-
Financeira Alfa S.A.-CFI	299	421	-	-
Alfa Seguradora S.A.	135	204	-	-
Outras	50	51	-	-

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.



**(2)** Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado.

**b)** Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2023, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 1.143 (2022 R\$ 1.143). No 1º semestre de 2023, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 9.366 (1º semestre/2022 R\$ 7.836).

O Banco não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

**b.1)** Em 29/10/2018, o BACEN editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  - a) 1% para a contratação com pessoa natural e;
  - b) 5% para a contratação com pessoa jurídica.

**c)** Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2023: Ordinárias 3,703%, Preferenciais 26,280% e do total de ações de 12,652%.

## **14. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **a) Risco Corporativo**

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Appetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido se mantenha sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de



riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Gestão Integrada de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à alta Administração.

Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br)  
> Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

#### **b) Risco de Mercado**

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

#### **c) Risco de Liquidez**

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

#### **d) Risco de Crédito**

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.



#### **e) Risco Operacional**

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

#### **f) Risco Socioambiental**

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

### **15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM**

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O Índice de Capital para 30/06/2023 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 15,82% (31/12/2022 14,48%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.





	Prudencial	
	30/06/2023	31/12/2022
<b>Patrimônio de Referência - Nível I</b>	<b>2.700.309</b>	<b>2.737.405</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.700.309</b>	<b>2.737.405</b>
Patrimônio Líquido	2.781.514	2.765.118
(-) Ajustes Prudenciais	(81.205)	(27.713)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.700.309</b>	<b>2.737.405</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>17.069.296</b>	<b>18.910.210</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	15.378.199	17.207.313
Risco de Mercado	252.964	287.010
Risco Operacional	1.438.133	1.415.887
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.365.544</b>	<b>1.512.817</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>426.732</b>	<b>472.755</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>15,82%</b>	<b>14,48%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>15,82%</b>	<b>14,48%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>15,82%</b>	<b>14,48%</b>

**Índice de Alavancagem:** O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30/06/2023, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 11,02% (31/12/2022 10,16%).

## 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre	
	2023	2022
Dividendos prescritos	1.062	808
Reversão de provisões operacionais	1.450	-
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.548	1.065
Outras	46	49
<b>Total</b>	<b>4.106</b>	<b>1.922</b>



## b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre	
	2023	2022
Processamento de dados	(7.846)	(6.697)
Serviços de terceiros	(4.308)	(4.393)
Aluguéis	(2.698)	(2.420)
Serviços do sistema financeiro	(2.427)	(2.876)
Serviços técnicos especializados (i)	(2.125)	(3.304)
Depreciação e amortização	(974)	(1.019)
Vigilância e segurança	(827)	(773)
Comunicações	(768)	(778)
Propaganda e publicidade	(626)	(1.558)
Viagem	(556)	(507)
Outras	(2.323)	(2.003)
<b>Total</b>	<b>(25.478)</b>	<b>(26.328)</b>

(i) Inclui despesa com auditoria externa conforme divulgado no formulário de referência.

## c) Outras despesas operacionais

	1º Semestre	
	2023	2022
Equalização e intermediação de contratos	(485)	(4.264)
Comissão de fiança	(380)	(489)
Riscos operacionais	(262)	(243)
Outras	(102)	(146)
<b>Total</b>	<b>(1.229)</b>	<b>(5.142)</b>

**d) Administração de recursos de terceiros:** O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 6.314.465 (31/12/2022 R\$ 6.140.681).

**e) Contratação de seguros:** O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros do Conglomerado totalizava R\$ 116.477 (31/12/2022 R\$ 117.196) para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

**f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/12, informamos que o Banco não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.



## 17. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro do semestre	Qte de ações ordinárias detidas		Qte de cotas detidas	Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial 1º Semestre	
					ON	PN		30/06/2023	31/12/2022	2023	2022
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.(a)	55,661	178.300	360.286	14.554	12.291.033	8.194.023	-	200.540	194.363	7.551	5.445
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000	161.176	323.804	14.367	8.000.000	8.000.000	-	323.804	312.849	14.367	15.431
BRI Participações Ltda. (b)	99,999	26.868	576.419	21.498	-	-	26.867.343	576.413	554.915	21.498	17.402
<b>Total</b>								<b>1.100.757</b>	<b>1.062.127</b>	<b>43.416</b>	<b>38.278</b>

a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. de 55,661% e indireta de 44,324% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,985%.

b) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,324% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 160.721 (31/12/2022 R\$ 154.774).

c) Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do semestre.

## 18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	30/06/2023	30/06/2022
No início dos semestres	1.055.566	162.261
Disponibilidades	34.694	66.264
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.020.872	95.997
No final dos semestres	1.980.507	639.433
Disponibilidades	82.803	57.438
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.897.704	581.995
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	924.941	477.172

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS**  
**CONTADORA**  
**CRC 1SP 232846/O-2**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores  
do Banco Alfa de Investimento S.A.  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alfa de Investimento S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (b) e nº 6 a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.



### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões da perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito.

Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analisamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividade de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0



**CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA**  
**Líder: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 60.770.336/0001-65 e NIRE nº 35 3 0005322 2**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 1º SEMESTRE DE 2023 ENCERRADO EM  
30 DE JUNHO DE 2023**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

**Atividades do Comitê**

O Comitê de Auditoria reuniu-se 12 (doze) vezes no período de janeiro a junho de 2023 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa, abordando, em especial, assuntos relacionados a demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

**Administração de Riscos**

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

**Ouvidoria**

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

**Controles Internos**

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê de Auditoria entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado Financeiro Alfa.



### **Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY (“conheça seu”), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

### **Segurança da Informação**

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

#### **Ações concluídas:**

- i. Segurança da Informação (1ª Linha)
  - Implantação do portal PWC com foco em Threat Intelligence - maio/2023.
- ii. Auditoria Interna (3ª Linha):
  - Trabalho específico em LGPD – Plano de ação de melhorias apresentado pelas áreas.

#### **Ações em andamento:**

- i. Segurança da Informação (1ª Linha)
  - Blindagem do ambiente de produção: (isolamento das redes de servidores e respectivas restrições – agosto/2023. Isolamento individual dos servidores – dezembro/2023).
  - Desenvolvimento seguro (Programa de treinamento contínuo em avaliação para ser contratado da Tempest – outubro/2023).
  - Equipes defensiva e ofensiva (Contratação do primeiro recurso dedicado para atividade de Red Team) - outubro/2023.
- ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)
  - Apresentação do resultado de Assessment da área de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - setembro/2023.
  - Estruturação da matriz de gestão de riscos de Segurança da Informação - dezembro/2023.
  - Estruturação/Atualização dos controles internos de Segurança da Informação, TI e Proteção à Privacidade dos Dados - dezembro/2023.
  - Etapa 2 - Gestores das Áreas de Negócios – Foco em conscientizar os colaboradores de negócios em Riscos de Segurança da Informação e vulnerabilidades que estamos expostos - dezembro/2023.
  - Testes de controles internos estabelecidos de Segurança da Informação e TI – outubro/2023.
- iii. Auditoria Interna (3ª Linha):
  - Monitoramento dos testes de penetração – atividade contínua.
  - Monitoramento específico na ferramenta DLP (Data Loss Prevention) – atividade contínua.
  - Follow up dos planos de ação para LGPD.
  - Avaliação dos resultados apresentados na implantação do SOC – atividade contínua.

#### **Ações futuras:**

- i. Segurança da Informação (1ª linha)
  - Avaliação de ferramenta de inspeção de segurança de pacotes de fornecedores de sistema (sandbox). – dezembro/2023.
- ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)



- Reavaliação da maturidade da estrutura de SI do conglomerado após implementação dos planos de ação.
- Testes de controles internos estabelecidos de Proteção à Privacidade dos Dados.

### **Auditoria Externa e Interna**

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado Financeiro Alfa, data base 30.06.2023; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo semestre de 2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

### **Demonstrações Financeiras**

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê de Auditoria em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2023, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo – SP, 10 de agosto de 2023.

**Adilson Herrero**

**Ciderlene Justino de Souza**

**Paulo Aluizio Machado de Andrade**



### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2023, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

São Paulo - SP, 10 de agosto de 2023.

**Paulo Caio Ferraz de Sampaio**

**José Antonio Rigobello**

**Rubens Barletta**

**Valter dos Santos**